

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3325/2018-PGJ, DE 1º.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 8 (oito) dias de licença para casamento, a partir de 8 de setembro de 2018, nos termos do inciso VII do artigo 139, e do artigo 155, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3326/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídos nos dias 4 e 5.10.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3328/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 3265/2018-PGJ, de 25.9.2018, na parte que convocou membros para participarem da “Rodada de Debates sobre os Desafios da Segurança Digital Estratégica e Cooperação no Âmbito das Investigações”, o Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3329/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3263/2018-PGJ, de 26.9.2018, que designou Promotores de Justiça para participarem do Mutirão do Júri para julgamento de processos na 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
Mariana Sleiman Gomes	0016511-80.2011.8.12.0001	22.10.2018

Passe a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PROCESSOS	DATA
Felipe Almeida Marques	0016511-80.2011.8.12.0001	22.10.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3330/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara de Família e Sucessões da referida Comarca, no dia 2.10.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3331/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Glória de Dourados, Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos autos nº 0000306-33.2018.8.12.0032, da Vara Única da comarca de Deodápolis, no dia 21.9.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3315/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Vanessa Cardoso Gai, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJ/MP.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3316/2018-PGJ, DE 1º.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no período de 28.11 a 7.12.2018, e de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Marcela Diniz Borges de Pauli.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3317/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pierre Karlos Brito Kitizo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Suporte de Redes, no período de 15 a 17.10.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3318/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças e Planejamento, no dia 28.9.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense; e no período de 1º a 10.10.2018, em razão de férias da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3319/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Execução Financeira, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças e Planejamento, no dia 15.10.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3320/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária, no período de 17 a 19.9.2018, em razão de licença para tratamento de saúde; no período de 15 a 24.10.2018, em razão de férias; no dia 25.10.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense; e no dia 26.10.2018, em razão de compensação por participação em curso da titular, Soraya Shigueko Nakasato.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3321/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade, no período de 15 a 24.10.2018, em razão de férias do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3336/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Flávio Cesar de Pauli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 23 (vinte e três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.9 a 10.10.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e do artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3337/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Regina Célia de Araújo Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.9 a 11.10.2018, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e do artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3338/2018-PGJ, DE 2.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24 a 28.9.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:**

- **Ofício nº 027/2018/CPJ-Criminais, de 25.9.2018**, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 3.5.2012, encaminha cópia da Ata nº 005/2018, da reunião da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais**, realizada em 19.9.2018.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001913-0.

2. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001112-6.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003177-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001571-9.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0001203-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0001903-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0001909-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0002582-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0002730-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0002847-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0004406-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0000675-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0004407-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0000311-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001703-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001948-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001949-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001950-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001951-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001953-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0002192-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.0000291-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0002894-7.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001414-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001416-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001760-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002814-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002815-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002833-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000023-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002835-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001180-8.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001424-2.

7. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003597-7.
- Procedimento Administrativo nº 53/2016.
- Procedimento Administrativo nº 21/2017.
- Procedimento Administrativo nº 12/2017.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.0001359-8.

8. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001909-5.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001589-6.

10. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002786-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000679-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001196-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001303-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000473-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002009-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003169-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002112-1.

11. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001136-7.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:**6.3.1. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002021-1.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001406-4.

6.3.2. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001834-9.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002097-7.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002032-2.

6.3.3. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000807-3.

6.3.4. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000959-4.

Retirado de pauta na reunião do dia 2.10.2018, por ausência justificada da Relatora.

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:**7.1.1. Oitiva ad referendum do Conselho Superior sobre as seguintes designações:**

1. Portaria nº 3222/2018-PGJ, de 24.9.2018. Alterar a Portaria nº 3111/2018-PGJ, que concedeu licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial” à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani, de forma que, onde consta: “a partir de 22.9.2018”, passe a constar: “a partir de 23.9.2018”.

2. Portaria nº 3237/2018-PGJ, de 24.9.2018. Suspende, por necessidade de serviço, a partir de 21.9.2018, a licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial” concedida ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, por meio da Portaria nº 2121/2018-PGJ, de 21.6.2018, alterada pela Portaria nº 2716/2018-PGJ, de 7.8.2018.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 71/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Contrato nº 307/2012, referente ao objeto de contratação de serviços especializados visando ao manejo de águas pluviais do Rio Anhanduí.

2. Inquérito Civil nº 3/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Água Clara

Assunto: Apurar se estão sendo executadas pelo município de Água Clara as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, bem como se o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao *Zika Vírus* está sendo observado.

3. Inquérito Civil nº 13/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Polícia Militar Ambiental da comarca de Porto Murtinho

Requerido: Oronaldo Del Valle Palhano

Assunto: Apurar eventual prática de supressão ambiental, sem autorização do órgão ambiental competente, em área convertida para o uso alternativo do solo, na fazenda Oásis, localizada neste município de Porto Murtinho.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 14/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar-AAA, Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman e Francisco Roberto Rossi

Assunto: Investigar possível ilegalidade na celebração de contrato de empréstimo feito pela AAAH ao Banco Bradesco S/A. (Cédula de Crédito Bancário nº 6.092.760).

2. Inquérito Civil nº 17/2016

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar possível descumprimento a Lei nº 6.766/79 pelo município de Ribas do Rio Pardo/MS.

3. Notícia de Fato nº 01.2018.00000362-3 – RECURSO

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Recorrente: Jeferson Puorro

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000187-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul ENERGISA S.A.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na falta de segurança, aterramento devido e instalação de algum tipo de proteção nos postes da cidade.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001188-1

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade da LIO Licença de Instalação e Operação n.º 116/2015, expedida pelo IMASUL, em favor da Empresa Concessionária Águas Guariroba S.A., em decorrência das informações prestadas pelo Conselho Gestor da APA do Córrego Guariroba e possível inobservância de legislação municipal mais restritiva.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001243-6

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Modesto Biondo

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ao patrimônio histórico e cultural de Campo Grande, consistente na demolição parcial do imóvel localizado na Rua Eduardo Santos Pereira, nº 525, nesta capital, considerado bem de interesse para preservação.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000264-2 – SIGILOSO

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001017-5

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Telefônica Brasil S.A.

Assunto: Apurar eventual deficiência na qualidade do sinal de telefonia móvel da operadora telefônica VIVO, especialmente nos bairros Silviolândia e Vale do Taquari, no Município de Coxim-MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001917-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia da existência de transtornos praticados por frequentadores de estabelecimentos comerciais, situados no centro do Município de Coxim, aos moradores residentes em suas proximidades.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000263-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pela Prefeita Municipal, Maria das Dores de Oliveira Viana, em razão da nomeação, para cargos em comissão, de parentes de servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento, também no Poder Executivo Municipal, conforme Manifestação n.º 11.2015.00000841-6, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000588-7

7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar as condições de segurança da Unidade Educacional de Internação de Corumbá/MS UNEI PANTANAL, haja vista a recente notícia da ocorrência de um homicídio praticado por menores internados no referido estabelecimento.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000624-2

2ª Promotoria de Justiça Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual omissão na adoção de providências visando consertar o telhado do Pelotão Militar da cidade de Camapuã.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001404-2

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a realização de diversos saques das contas poupança e corrente dos clientes do Banco Bradesco cadastrados no município de Pedro Gomes, sem prévia autorização e conhecimento, por funcionária terceirizada do posto de atendimento do referido banco.

11. Inquérito Civil nº 20/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerentes: Ministério Público Estadual e Lídio de Souza

Requerido: Município de Anastácio

Assunto: Apurar denúncia de degradação ambiental em área de preservação permanente às margens do córrego “Combate”, onde será implantado o loteamento Jardim Independência II.

12. Inquérito Civil nº 8/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos Públicos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, ano de 2012, no município de Corguinho/MS.

13. Inquérito Civil nº 23/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental devido a extração de cascalho sem as devidas licenças ambientais necessárias, no Assentamento Nova Esperança na região do Pinhé, no município de Bandeirantes/MS.

14. Inquérito Civil nº 9/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Município de Mundo Novo

Requerido: Antônio Cavalcante

Assunto: Avaliar supostas irregularidades no Procedimento Licitatório nº 055/2011 do município de Mundo Novo/MS.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001934-8 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001458-9 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000161-0 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000676-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade no processo seletivo para o banco de candidatos do PROGETEC 2017, por meio do Edital n. 21/2016.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001055-3 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000912-4

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESAU

Assunto: Apurar suposta previsão de fechamento dos Centros Regionais de Saúde CRSs desta Capital para centralizar atendimentos nas Unidades de Pronto Atendimento UPAs, visando especificamente averiguar se as UPAs atualmente instaladas são suficientes para absorver a demanda e cobertura das regiões atendidas pelos CRSs.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002319-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: André Auler Krabbe Lacerda Alves e Condomínio Beira Rio

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do parcelamento de solo denominado “Condomínio Beira Rio”, situado no Distrito de Palmeiras, em Dois Irmãos do Buriti.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000015-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Projeto de Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Aquidauana (SOS Rios)

Requerido: Osny Tossi Chácaras Bacuri

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel denominado Chácaras Bacuri Lote 08 Área Institucional, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000361-2 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000660-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito do Poder Executivo Municipal.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000742-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Heitor Miranda dos Santos

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa ante o não cumprimento de decisão liminar concedida nos autos n. 0000207.49.2012.8.12.0040.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00000769-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente em irregularidade no aluguel de veículo tipo caminhonete cabine dupla pelo Município de Deodápolis, a ser utilizada pelo Gabinete do Prefeito Municipal no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000094-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual descumprimento das normas relativas a celebrações de convênios, no tocante a falta de chamamento público mediante a utilização, como regra, de dispensa e inexigibilidade previstas na Lei Nacional 13.019/2014.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00002114-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gibrail Antonio Capitanio

Assunto: Apurar suposta irregularidade na Fazenda Toca do Vô, em razão a supressão de 27,9233 hectares de vegetação nativa.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00000651-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Draylton Dubiella-ME

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes da inserção de informação falsa em Documento de Origem Florestal - DOF, conforme relatório e auto de infração n. 9116297-E.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000160-3

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: PROCON/MS

Requeridos: MetroPark Administração Ltda., Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos AGEREG e Agência Municipal de Transporte e Trânsito - AGETTRAN

Assunto: Apurar possível prejudicialidade aos direitos dos usuários-consumidores em razão da prorrogação do prazo de concessão para exploração dos serviços públicos de Administração, Manutenção e Operação das Áreas Destinadas ao Estacionamento Rotativo Pago de Veículos Automotores (Estacionamento Rotativo) de Campo Grande por mais de 10 (dez) anos de 2012 a 2022.

16. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000345-6 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00000372-3

3ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apuração das irregularidades sanitárias, de estrutura e de segurança do Instituto de Medicina e Odontologia Legal de Coxim.

18. Inquérito Civil nº 06.2017.00000812-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Naviraí

19. Inquérito Civil nº 06.2017.00002316-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, por ofensa ao princípio da legalidade, quanto ao atraso nos repasses de contribuições previdenciárias descontadas dos servidores públicos municipais ao NAVIRAIPREV, nos meses de maio/2017 a agosto/2017.

20. Inquérito Civil n. 06.2017.00002388-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eliéser Francisco da Silva

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em lote situado no Distrito de Fala Verdade, no Município de Corguinho, pertencente a Eliéser Francisco da Silva.

21. Inquérito Civil nº 06.2018.00001504-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no procedimento licitatório n. 86/2018.

22. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001545-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul

Assunto: Plano de trabalho para enfrentamento de erosões (voçorocas) existentes no Município de Novo Horizonte do Sul.

23. Inquérito Civil nº 06.2018.00002094-4 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sidrolândia

24. Inquérito Civil nº 13/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa consistente na desaverbação de penhora incidente sobre rendimento de servidor público em desacordo com determinação judicial.

25. Inquérito Civil nº 25/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lote 242 do Assentamento Canaã

Assunto: Apurar notícias da prática de ilícitos ambientais no lote 242 do Assentamento Canaã, localizado no município de Bodoquena, em especial a extração irregular de madeira de lei.

26. Inquérito Civil nº 6/2012

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeira, de propriedade de Edílio Klein

Assunto: Apurar irregularidades nas propriedades que margeiam o rio Amambai, consistente em degradação ambiental.

27. Inquérito Civil nº 14/2015

4ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar prejuízo à merenda da Escola Estadual Afonso Pena em razão da interdição da cozinha.

28. Inquérito Civil nº 38/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Ypê

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Ypê, de propriedade de Bento Cardoso Patto, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

29. Inquérito Civil nº 2/2016

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar denúncia de que no Centro Odontológico Municipal, estão sendo usados medicamentos vencidos.

30. Inquérito Civil nº 8/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cirlene Sguissardi Correa de Oliveira, fazenda Raio de Luar I

Assunto: Apurar eventual irregularidade na conservação do solo da fazenda Raio de Luar, localizada no município de Anastácio.

31. Inquérito Civil nº 3/2017

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Imasul

Requerido: Márcio de Oliveira Rocha

Assunto: Apurar eventual prática de supressão ambiental, sem autorização do órgão ambiental competente, em área considerada de preservação permanente, na Fazenda Cruzeiro do Sul, localizada neste município de Porto Murtinho.

32. Inquérito Civil nº 1/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto à prestação de contas junto ao SIOPE- Indicadores Educacionais, referentes à aplicação dos recursos do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por parte do município de Bandeirantes, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

33. Inquérito Civil nº 1/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque/MS

Assunto: Apurar irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS em contratação sem o devido processo licitatório de empresa para prestar serviços na área de saúde.

7.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 7/2016**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na operação de torres pertencentes às empresas que prestam serviços de comunicação multimídia (provedor de sinal de internet via radiofrequência) na cidade de Água Clara.

2. Inquérito Civil nº 5/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada por autoescolas de Nova Alvorada do Sul, concernente à obstrução de vias públicas na região do Município para realização de treinamento de condutores.

3. Inquérito Civil nº 6/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e ilegalidades ocorridas na licitação do Certame de Pregão Presencial de nº 005/2013, que teve por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica no município de Nova Alvorada do Sul, ato que configura, em tese, improbidade administrativa.

4. Inquérito Civil nº 25/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cautex Florestal Ltda.

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais praticados pela requerida em virtude da exploração de vegetação nativa de 201,60 hectares; e do funcionamento de um poço tubular para captação de água subterrânea e da supressão de Área de Preservação Permanente, tudo sem a autorização ambiental competente, conforme auto de Infração nº 12011 do IMASUL, no imóvel rural denominado fazenda Seriema, situada em Jaraguari.

5. Inquérito Civil nº 8/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Moacir Turquino

Assunto: Apurar a irregularidade jurídica-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Água Doce.

6. Inquérito Civil nº 20/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de fraude em processo licitatório da Câmara Municipal de Aquidauana (Processo Adm. n. 002/2012- CC n. 001/2012).

7. Inquérito Civil nº 11/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Denúncia anônima

Requerida: Câmara Municipal de Jaraguari

Assunto: Apurar o uso ilegal de diárias pelos Vereadores da Câmara Municipal de Jaraguari, bem como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

8. Inquérito Civil nº 95/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Salobra

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Salobra, de propriedade da Associação das Famílias para a Unificação da Paz Mundial, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

9. Inquérito Civil nº 9/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Mariana

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do termo de ajustamento de conduta firmado no PIP 001/PJMA/2006, a fim de sanar os danos ao meio ambiente, causados na fazenda Mariana, de propriedade de Dagoberto Nogueira Filho, localizada nesta cidade, consistentes na extração seletiva de árvores da espécie aroeira vitalizada, bem como o desmatamento de uma área de aproximadamente 80 ha (oitenta hectares), sem autorização do órgão ambiental competente.

10. Inquérito Civil nº 31/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerentes: Ministério Público Estadual, José Mário Gomes de Souza e Luiz Carlos de Oliveira Teles

Requerido: A apurar

Assunto: Visando averiguar possível desvio de função dos servidores municipais da Prefeitura Municipal de Terenos, que estariam executando outras atribuições, diversas da que foram aprovadas no concurso público.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000360-0

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ausência de acessibilidade na casa de shows e eventos WOOD'S, localizada na Avenida Afonso Pena n. 7120, em Campo Grande-MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001193-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jaime Jose Silva e Jefferson Alex Ricardo

Assunto: Apurar o contido nos autos de Infração 23275 e 23276 relativos à Área de Preservação Permanente das Chácaras Pais e Filhos e Três Irmão Naviraí, 03 de julho de 2017.

3. Notícia de Fato n. 01.2018.00005542-2 – RECURSO

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Israel Aparecido da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Modificar cláusulas impostas no TAC celebrado nos autos do IC n. 105/2009.

4. Procedimento Preparatório nº 7/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Isaura Matias Rodrigues da Costa

Assunto: Poeira causada pela frequente utilização da via por caminhões que transportam terra extraída do arenito localizado na propriedade rural da Sr.ª Isaura.

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001992-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito de Paranhos/MS

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Secretaria Municipal da Assistência Social, ante o parentesco entre a Secretária Municipal de Assistência Social e o Prefeito Municipal Dirceu Bettoni.

Retirado de pauta na reunião do dia 2.10.2018, por ausência justificada da Relatora.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 0012/2018/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 18, VII e artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010; e, em atendimento à Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, Resolve

Art. 1º - As Correições Ordinárias no ano de 2019 serão realizadas conforme Calendário Anual abaixo:

PERÍODO	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
Janeiro e fevereiro	1ªPJ Três Lagoas
	2ªPJ Três Lagoas
	3ªPJ Três Lagoas
	4ªPJ Três Lagoas
	5ªPJ Três Lagoas
	6ªPJ Três Lagoas
	7ªPJ Três Lagoas
	8ªPJ Três Lagoas
	9ªPJ Três Lagoas
	1ªPJ Campo Grande
	2ªPJ Campo Grande
	3ªPJ Campo Grande
	4ªPJ Campo Grande
	5ªPJ Campo Grande
	6ªPJ Campo Grande
	7ªPJ Campo Grande
	8ªPJ Campo Grande
	9ªPJ Campo Grande
	35ªPJ Campo Grande
	45ªPJ Campo Grande
	75ªPJ Campo Grande

PERÍODO	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
Março e Abril	10ªPJ Campo Grande
	11ªPJ Campo Grande
	12ªPJ Campo Grande
	13ªPJ Campo Grande
	14ªPJ Campo Grande
	15ªPJ Campo Grande
	16ªPJ Campo Grande
	17ªPJ Campo Grande
	18ªPJ Campo Grande
	19ªPJ Campo Grande
	20ªPJ Campo Grande
	21ªPJ Campo Grande
	PJ Sete Quedas
	1ªPJ Mundo Novo
	2ªPJ Mundo Novo
	PJ Eldorado
	PJ Itaquiraí
	PJ Iguatemi
	1ªPJ Naviraí
	2ªPJ Naviraí
	3ªPJ Naviraí

PERÍODO	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
Maio e Junho	1ªPJ Bonito
	2ªPJ Bonito
	1ªPJ Jardim
	2ªPJ Jardim
	1ªPJ Camapuã
	2ªPJ Camapuã
	1ªPJ Costa Rica
	2ªPJ Costa Rica
	1ªPJ Aparecida do Taboado
	2ªPJ Aparecida do Taboado
	1ª PJ Paranaíba
	2ª PJ Paranaíba
	3ª PJ Paranaíba
	Inocência

PERÍODO	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
Julho e Agosto	29ªPJ Campo Grande
	30ªPJ Campo Grande
	31ªPJ Campo Grande
	49ªPJ Campo Grande
	26ªPJ Campo Grande
	34ªPJ Campo Grande
	42ªPJ Campo Grande
	28ªPJ Campo Grande
	33ªPJ Campo Grande
	27ªPJ Campo Grande
	46ªPJ Campo Grande
	PJ Anastácio
	1ªPJ Aquidauana
	2ªPJ Aquidauana
	3ªPJ Aquidauana

PERÍODO	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
Setembro e Outubro	1ªPJ Coxim
	2ªPJ Coxim
	3ªPJ Coxim
	PJ Rio Verde de Mato Grosso
	PJ Anaurilândia
	PJ Bataiporã
	PJ Angélica
	PJ Deodápolis
	PJ Glória de Dourados
	1ªPJ Fátima do Sul
	2ªPJ Fátima do Sul

Art. 2º - A publicação do aviso das correições ordinárias ocorrerá com antecedência de 15 (quinze) dias do início dos trabalhos correicionais.

Art. 3º - A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correicionada será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande (MS), 02 de outubro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 36/PGJ/2018 - SRP (Processo nº PGJ/10/2648/2018).

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de painel de vidro temperado incolor, adesivado, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedora: Habitar Comércio em Geral e Serviços Eireli - ME, para o item único, no valor de R\$ 427,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 3 de outubro de 2018.

Emervál Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ, em substituição

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004789 DE 01.10.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3579/2018.**

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 49/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 kg (recarga). Marca: ULTRAGAZ (Item 1, Lote 3)

Valor: R\$ 916,50 (novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004789 de 01.10.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004797 DE 01.10.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3597/2018.

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Ordenador de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de Cabo de cobre nu, bitola 50 mm², têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio (Item 21); cabo de Cobre nu, bitola 35 mm², têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio (Item 22); cabo de Cobre nu, bitola 25 mm², têmpera meio duro, encordoamento classe 2A, fabricado em conformidade com a NBR 6524. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Corfio (Item 23); conjunto de tomada 2P+T, 10A, pino cilíndrico de 4mm, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Radial ou Ilumi. Marca: Ilumi (Item 28); conjunto de tomada 2P+T, 20A, pino cilíndrico de 4,8mm, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Radial ou Ilumi. Marca: Ilum (Item 29); fita adesiva acrílica transferível dupla face, largura 12 mm, espessura de 0,8mm ou 1,0mm, cor translúcida ou transparente, de acordo com a norma de durabilidade UL 745 C. Rolo de 20m. Marca: Adere (Item 35); cabo UTP CAT 5e, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor azul, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa (Item 36); cabo UTP CAT 6, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor vermelho, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa (Item 37);

Valor: R\$ 15.937,50 (quinze mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004797 de 01.10.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE004796 DE 01.10.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3590/2018.

Credor: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP.

Ordenador de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 9/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 12); cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 13); cabo de cobre flexível, bitola 4 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 14); cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 15); cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 16); cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 17); cabo de cobre flexível, bitola 2,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 18); cabo de cobre flexível, bitola 1,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 19); cabo de cobre flexível, bitola 1,5 mm², 750V, antichama, Isolado, 70°C, PVC, branco, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3. Rolo com 100 metros. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Marca: Cobrecom (item 20); canaleta, fabricada em PVC, medidas: 50mm x 20mm, com divisória e sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP ou Dutoplast. Marca: Dutoplast (item 25); lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 10W, fluxo luminoso igual ou superior à 900 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 600mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden. Marca: FLC (item 61).

Valor: R\$ 15.195,00 (quinze mil, cento e noventa e cinco) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004796 de 01.10.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0044/2018/34PJ/CGR.**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002933-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Objeto: fiscalizar o cumprimento da sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública n. 0904585-04.2016.8.12.0001, no tocante à apresentação e execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRADE.

Campo Grande, 02 de outubro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0045/2018/34PJ/CGR.

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002751-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Nakasato de Almeida e Cia. Ltda. e outros.

Objeto: fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 0807193-69.2013.8.12.0001.

Campo Grande, 02 de outubro de 2018.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0046/2018/34PJ/CGR.

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003553-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Objeto: fiscalizar o cumprimento das decisões proferidas nos autos de Ação Civil Pública n. 0833849-92.2015.8.12.0001 (MPE) e n. 0821377-88.2017.8.12.0001 (DPE), determinando que o Município de Campo Grande, além de promover a limpeza de seus imóveis, promova a fiscalização de imóveis particulares, com adoção, no exercício do poder de polícia, das medidas administrativas necessárias à limpeza e manutenção.

Campo Grande, 02 de outubro de 2018.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0047/2018/34PJ/CGR.

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002730-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Objeto(s): Apurar a inexistência de plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Córrego Ceroula, no sentido de verificar o cumprimento da Lei n. 9.985/2000 e do Decreto n. 4.340/2002.

Campo Grande, 03 de outubro de 2018.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EDITAL N. 0015/2018/32PJ/CGR.

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2018.00002280-9.

Requerente: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Assunto: Apurar falta ou insuficiência no número de profissionais na sala de regulação da Central de Regulação de Urgência SAMU/192 - Regional de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 02 de outubro de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL Nº 20/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002641-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Fazenda Santa Ana e Fazenda Dois Irmãos.

Assunto: Apurar a causa e eventuais responsabilidades pelo desvio do curso do Córrego Engano (Cachoeira), no Município de Angélica (Migrado IC nº 013/PJA/2016 da CIC para o sistema SAJMP).

Angélica/MS, 1 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

BRASILÂNDIA

EDITAL N° 03/2018.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro – Brasilândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002868-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar supostas irregularidades em certificados apresentados por candidatos na prova de títulos do concurso do município de Brasilândia-MS, executado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC, comissão de Concurso Público, designada através do Decreto n.º 4.608, publicado em 28 de novembro de 2017. Brasilândia-MS, 03 de outubro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 49/2018.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002874-7, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00002874-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar irregularidades decorrentes da construção de imóveis em faixa não- edificável situada às margens da Rodovia MS-080, nos Municípios de Rochedo, Corguinho e Rio Negro.

Rio Negro, 02 de outubro de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça